

A legitimação do discurso de militarização da educação no Brasil

The legitimization of the discourse of educational militarization in Brazil

Rodrigo Luis Mingori¹
Eduardo Nunes Jacondino²
Dulce Mari da Silva Voss³

Resumo: O presente artigo é resultado de estudo realizado sobre o processo de militarização da sociedade brasileira, discute a institucionalização de políticas públicas educacionais fundamentadas no avanço do

- 1 Doutorando em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Joaçaba, mestre em Educação pela Universidade do Oeste do Paraná campus de Francisco Beltrão, especialista em Ensino Integrado de Ciências Humanas pela Universidade Aberta do Brasil e graduado em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina campus de São Miguel do Oeste. Atualmente professor de História do Colégio UNOESC de Educação Inovadora em São Miguel do Oeste.
- 2 Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (2011). Professor titular da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- 3 Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, Brasil (2012). Professora Associada da Fundação Universidade Federal do Pampa, Brasil.

neoconservadorismo, cuja principal bandeira é a militarização da educação no Brasil. A partir da análise da história dos conceitos de ideal de soldado e função social do Exército foi possível observar a construção que permitiu ao discurso militar de intervenção ocupar posição privilegiada de poder-saber no seio da sociedade brasileira, fazendo das políticas públicas, como principalmente as educacionais exemplificadas pelo PECIM, dispositivos potentes para fortalecer e legitimar suas práticas discursivas e o regime de verdade que sustentaram e sustentam ações políticas específicas na atualidade.

Palavra-chave: História do Brasil; Políticas Públicas; Programa das Escolas Cívico-Militares. Genealogia; Militarização da Educação.

Abstract: This article results from a study conducted on the process of militarization of Brazilian society, discussing the institutionalization of educational public policies based on the advancement of neoconservatism, whose main banner is the militarization of education in Brazil. By analyzing the history of the concepts of the ideal soldier and the social function of the Army, it was possible to observe the construction that allowed the military discourse of intervention to occupy a privileged position of power-knowledge within Brazilian society, making public policies, particularly educational ones exemplified by the PECIM, powerful tools to strengthen and legitimize its discursive practices and the regime of truth that have supported and continue to support specific political actions in the present.

Keywords: History of Brazil; Public Policies; Civic-Military Schools Program; Genealogy; Militarization of Education.

Introdução

O presente estudo discute a institucionalização de políticas públicas educacionais fundamentadas no avanço do neoconservadorismo, cuja principal bandeira é a militarização da educação no Brasil. Foram utilizadas fontes bibliográficas com aporte teórico-epistemológico advindo do pós-estruturalismo, em especial as teorias e os conceitos de poder/saber e demandas sociais desenvolvidos por Foucault (2019), Laclau e Mouffe (2015). Com essa base teórica, foi possível analisar as convergências que indicam a produção de cadeias de equivalências discursivas, resultando na construção de um discurso hegemônico e na legitimação da política de militarização das políticas públicas em curso no Brasil.

Tomando como base o Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM), observa-se que ele se configura como uma política educacional promovida pelos governos das três esferas administrativas, visando à institucionalização da militarização da educação pública. O PECIM militariza escolas públicas operando em duas modalidades: a gestão compartilhada da instituição de ensino e/ou o apoio financeiro das Secretarias de Segurança às escolas⁴. Ao instituir a militarização novas normas de conduta são aplicadas à instituição, ferindo princípios e diretrizes educacionais, no que tange a autonomia e gestão democrática, previstas na legislação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN n. 9.394 de 1996.

Em suma, trata-se de uma política de cunho neoconservador⁵ que estabelece relações de poder-saber voltadas à

4 TOMASINI; PEREIRA; HOLANDA, 2023.

5 FREITAS, 2018; APPLE, 2003

disciplinarização dos educandos⁶, à vigilância e ao controle, como prerrogativas para o êxito do processo pedagógico a ser desenvolvido nas escolas formais, o que contraria as conquistas democráticas alcançadas no campo educacional brasileiro ao longo do processo histórico.

A problemática que mobilizou o estudo orbita em torno da seguinte questão: Quais contingências histórico-sociais e políticas fizeram emergir a política pública que visa à militarização de parte da educação pública brasileira? O objetivo norteador da pesquisa foi analisar o processo histórico, social e político de institucionalização da política de militarização das políticas públicas no contexto brasileiro, com base na produção discursiva que autoriza os militares a atuarem na área da educação. Para tanto, buscou-se contextualizar o processo histórico e político de militarização na história do Brasil.

No decorrer deste trabalho, apresenta-se uma contextualização histórica sobre a produção do poder-saber militar no Brasil, com o objetivo de problematizar a institucionalização da política de militarização da educação. Essa ação resulta de uma tentativa de produzir a genealogia do discurso militar, localizando sua legitimação no seio da sociedade brasileira. A construção das relações de poder-saber, que constituíram e constituem o solo político-social sob o qual as forças militares, especialmente o exército, tendem a ser vistas como instituições dotadas de legitimidade social, autoriza-as a servir como apoio às políticas públicas na área da educação.

Busca-se descrever e discutir a gênese e o processo histórico de institucionalização do poder-saber militar no campo da vida política e social nacional, de modo a contribuir para o entendimento do processo de militarização da educação, tendo como evidência o PECIM.

6 STRIEDER; SILVA, 2022

O Processo Histórico de Produção e Legitimação do Exército Como Poder Moderador no Século XX

A produção discursiva se constitui a partir de “uma reatualização permanente das regras”⁷. Dessa forma, tais regras funcionam como estruturas discursivas sempre em negociação com as condições historicamente produzidas⁸. A historicidade dessas condições serve não para estabelecer as origens passadas de um fundamento em sua versão primitiva, idealizada ou intencional⁹, mas os processos pelos quais emergem condições favoráveis de um presente formado por diversas camadas constantemente reordenadas e recompostas de novas conjunturas, que visam delinear os acontecimentos nos quais se configura a política de militarização da educação pública.

Portanto é necessário ter ciência que “as intervenções [políticas dos militares] raramente partiram da organização como um todo”¹⁰, ou seja, o Exército é uma instituição complexa e multifacetada, que representa várias camadas e interesses em disputa. Feito este registro, pode-se acrescentar que as instituições militares exerceram uma influência significativa na vida social do país¹¹. Deste modo, entender o exército como um bloco sempre homogêneo se apresenta como um reducionismo que parece negar à análise sua contingência histórica.

Para isso, na análise da militarização da educação brasileira, foram realizados recortes histórico-políticos que

7 FOUCAULT, 2019, p. 19

8 LACLAU, 2015

9 FOUCAULT, 1979.

10 CARVALHO, 2019, p. 23

11 CARVALHO, 2019.

se referem à presença e atuação política institucional das instituições militares na sociedade brasileira, gerando desdobramentos nas políticas educacionais em diferentes contextos históricos: 1) o processo da Proclamação da República (1889) e as primeiras décadas do regime republicano; 2) o atual contexto de avanço de políticas neoliberais e neoconservadoras, que têm causado uma profunda inflexão nas políticas sociais e educacionais.¹²

A formação do corpo permanente do exército nacional, em grande medida, ocorreu devido ao impacto histórico, social, cultural e militar advindo da Guerra do Paraguai¹³. A estrutura e organização militar do Brasil à época, juntamente com outras forças, como a própria Guarda Nacional, reproduzia em muitos aspectos as questões sociais e culturais do país. Nesse sentido, para um grupo considerável de autores, a “maldita guerra”, como o confronto foi chamado em sua fase final, foi precursora e motivadora do processo de politização do exército brasileiro, que, com a eclosão da Questão Militar entre 1883 e 1887, ganhou força a ponto de proporcionar o protagonismo dos militares na queda do governo de Dom Pedro II. No entanto, novos estudos¹⁴ apontam em uma “direção contrafactual” importante, ao retirarem a fatalidade da derrocada do governo monárquico da equação e abrirem espaço para a contingência na construção histórica.

Importa ressaltar que os ânimos e eventos que marcaram o final da década de 1880, envolvendo a participação do movimento militar na destituição do regime monárquico, consolidaram no senso comum a ideia da inevitabilidade da implantação da república no Brasil. Todavia, um dos aspectos omitidos em estudos sobre o tema é justamente o fato de

12 GHIRARDELLI, 2014

13 FAUSTO, 1977

14 CASTRO, 2013; CARVALHO, 2019, LYNCH, 2018

que não se pode entender a corporação militar, sobretudo o exército, em questões políticas, como um bloco homogêneo. Sua ação em 1889, direcionada à derrubada do governo, foi conduzida por um grupo minoritário, marcado por interesses antagônicos e específicos da corporação, como carreira, promoção, leis de recrutamento e a honra da instituição, fatores que os colocaram em rota de colisão com o governo monárquico.¹⁵

É relevante destacar que a correlação de forças em torno do republicanismo, ou do golpe, segundo a etnografia de Castro (2013), é produto da configuração de grupos hierárquicos que disputavam interesses distintos. No exército, havia uma divisão entre aqueles considerados “tarimbeiros”, um termo pejorativo derivado de “tarimba” (estrado de madeira onde os soldados dormiam nos quartéis). Esse grupo era composto por militares mais ligados à tropa e aos quartéis, sem formação nas academias militares ou em estudos superiores¹⁶. O próprio Deodoro da Fonseca foi, muitas vezes, definido como um exemplo de “tarimbeiro”. Esse grupo manteve uma forte ligação com a atividade militar, sendo influenciado pelo corporativismo da tropa e por uma visão moralizante da figura do militar, que envolvia aspectos como hombridade e idoneidade¹⁷.

Os “científicos” formavam o outro grupo, tendo como um de seus principais representantes Benjamin Constant. Esse grupo era composto por jovens militares que frequentavam e se formavam nas academias militares, notadamente na Academia Militar da Praia Vermelha — posteriormente transformada em Escola Superior de Guerra¹⁸. Também eram

15 CARVALHO, 2019

16 CARVALHO, 2019; CASTRO, 2013

17 CASTRO, 2013

18 CASTRO, 2013

conhecidos como “mocidade militar”. É importante destacar que a “mocidade militar” foi um agente dinamizador fundamental e a principal defensora da constituição da República por parte do exército.

Para a pequena parte golpista do alto oficialato, o sistema monárquico não era necessariamente um problema. O próprio Marechal Deodoro, ao reunir as tropas no gabinete na manhã de 15 de novembro, solicitou imediatamente a renúncia dos ministros do imperador. A questão motivadora era, ainda, o recalque em relação à classe política diante das afrontas à honra, ao “brio” ou ao “pundonor” da corporação militar, somada à política do Rio Grande do Sul, que Deodoro levava consigo e que, no passado, o fez entrar em conflito com os “casacas” (alcunha pejorativa dada aos políticos pelos militares) da capital. Ressalta-se, aqui, que Deodoro da Fonseca foi interventor no estado do Rio Grande do Sul antes de ser transferido para o Mato Grosso.¹⁹

Esse protagonismo, advindo de um marechal do exército, evidencia a estrutura discursiva e a regra constantemente reatualizada, atrelada ao fato de que a instituição militar — na forma do exército — é capaz de sitiar a sede do poder político no Brasil, caso se sinta ofendida ou atacada. A percepção não se volta para formas de ação conjunta, submissão ou mesmo concorrência, no sentido de promover o bem-estar nacional; ao contrário, mantém-se vinculada a posições de fronteira, conflitantes e em busca de legitimidade.

Nesse momento, percebe-se a formulação de interesses de grupos distintos que se coadunam diante da oposição firmada contra o governo de Dom Pedro II. Para os “científicos”, a Questão Militar suscitou uma oportunidade de usar a farda como mote para a ação, em comum com os “tarimbeiros”, e incentivar Benjamin Constant a assumir um posto de liderança frente à “mocidade militar”.

19 CARVALHO, 2019

É com base nesse recorte que a ideia de soldado-cidadão começa a ganhar forma, força e adeptos entre a corporação. Esse conceito de soldado-cidadão, proposto por José Murilo de Carvalho (2019), versa sobre o horizonte de ação da figura do militar na sociedade brasileira. O ideal a ser perseguido, de soldado-cidadão, coloca o militar como o primeiro exemplo de sujeito político dotado de civilidade e coragem, disposto a arriscar a vida pela pátria e a servir como exemplo de comportamento. Várias passagens demonstram a ligação discursiva entre a condição de cidadania e o patriotismo, associadas à figura militar. Uma das mais significativas pode ser encontrada na fala de Benjamin Constant, em discurso desafiador ao Ministro da Guerra, no auge das tensões desencadeadas em novembro de 1889: “Sob a farda de cada soldado, pulsa o coração de um cidadão e de um patriota!”²⁰.

A partir deste ponto, torna-se cada vez mais evidente outra posição, um conjunto distinto de concepções que se referem à função do exército dentro da sociedade. Começa a se desenvolver uma oposição entre a noção de soldado-cidadão e a de soldado-profissional. A primeira concepção é pautada por um princípio que afirma que os militares devem ter acesso aos trâmites político-legais, tanto como indivíduos quanto como instituição. A ideia do soldado-profissional, por sua vez, remete, a exemplo do desenvolvimento de algumas corporações europeias, à definição do exército como “grande mudo” (na definição francesa)²¹. Ou seja, segundo essa perspectiva, o autor elabora o conceito de soldado como desprovido de ações político-institucionais, semelhante à burocracia do Estado, aproximando-se dos moldes contemporâneos.

20 MACHADO, 1980, p. 138

21 CARVALHO, 2019

Esses princípios de soldado-cidadão e soldado-profissional são modelos ideais configurados como identidades, manejados de forma oficial pelo exército²². Esses manejos são regulamentados e definidos institucionalmente, tanto pelo Código de Conduta Militar quanto pela legislação constitucional e infraconstitucional, além de outros mecanismos. De todo modo, a legislação e os códigos resultam dessa construção identitária, baseada em mitos e ritos militares²³, regulados pela disciplina que, como afirmou o filósofo francês Michel Foucault (2014), é um mecanismo de promoção do controle individual e populacional que, desde a modernidade, diz respeito não apenas ao mundo militar, mas à sociedade como um todo. Isso representa um modelo de produção de sujeitos que se baseia no controle do tempo, do espaço e das atividades dos indivíduos em face das sociedades modernas, capitalistas e disciplinares. Ou seja, compreende-se que os modelos ideais e/ou identitários de soldado-cidadão e soldado-profissional constituem enunciados da função do próprio exército, enquanto práticas discursivas que, ligadas às formas de disciplinamento dos corpos e comportamentos, visam legitimar determinada conformação profissional e militar no interior da sociedade.

Já na década de 1920, o movimento tenentista, muito ligado ao contexto de sua formação na década anterior, significou uma sublevação que foi combatida com as reformas da missão francesa, iniciadas após a formação da geração tenentista.²⁴ A ideia do soldado-cidadão, originária do Império, apresenta similitudes com a do tenentismo, inclusive em seu alegado início, marcando mais uma vez um episódio recorrente na história do Brasil: o fato de que o corporati-

22 MARQUES, 2014

23 MARQUES, 2014

24 ZIMBARG, 2001

vismo fala alto, em nome da honra, diante da publicação de cartas falsas, supostamente atribuídas a Arthur Bernardes. Esse episódio desencadeou uma certa radicalização dos tenentes, mobilizados para defender a honra e a integridade da corporação. O movimento político dos tenentes na década de 1920, apoiado no ideal dos jovens oficiais da Proclamação da República, não precisou do positivismo para tomar forma e, mais uma vez, se observa a mobilização política dos tenentes. No interior desse movimento, parte dos tenentes vitoriosos em suas demandas arquitetou o golpe de 1930²⁵.

Essas oposições em relação à intervenção e participação política do exército na política da década de 1920 se dividem entre, de um lado, os defensores do ideal de soldado-cidadão — ativos na política e insubmissos à hierarquia diante de motivações políticas — e, de outro, os adeptos do conceito de soldado-profissional, que condenam a atuação política, considerando-a um empecilho grave para a estrutura militar e a hierarquização da tropa. Elaborou-se, assim, uma nova forma de interpretar essa questão, que passou a ser chamada de intervenção moderada ou moderadora²⁶. Essa é, provavelmente, a gênese do entendimento em relação à corporação militar que passou a predominar e se estender até os dias atuais. Essa produção discursiva, da qual se busca reconstituir brevemente a genealogia, contribuiu para a realização dos golpes militares de 1930 (Getúlio Vargas), 1937 (Estado Novo), 1945 (fim do Estado Novo), 1955 (golpe legalista do general Lott), 1964 (golpe cívico-militar) e o próprio processo que envolveu o fim da ditadura, com resquícios advindos da formulação da nova república. O discurso, nesse contexto, foi chamado de soldado-corporação ou intervenção moderadora.

25 CARVALHO, 2019; ZIMBARG, 2001

26 CARVALHO, 2019

Em meio aos tumultos da década de 1920, parte dos militares começou a (re)produzir um discurso que incorporava elementos intervencionistas. Essa posição estava ancorada no diverso cenário político e militar da República Velha. Se considerarmos a constituição republicana da época como resultado das disputas sociais entre as elites que a produziram em 1891, há evidências de que a visão intervencionista não era exclusividade dos militares. Assim, nesse contexto de heranças históricas e contingenciais, começou a proliferar a ideia de que o exército era a ferramenta reguladora das turbulências políticas internas. Um editorial da revista “Defesa Nacional”, escrito por um de seus líderes, Bertholdo Klinger, que inclusive foi preso em represália a textos publicados na revista, declarou em 1913:

“O Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam”.²⁷

Inaugurava-se uma nova posição entre os discursos que historicamente debatiam a função social a ser exercida pelo exército. Essa posição era única, pois não adotava plenamente a concepção de origem europeia do exército como grande mudo, mas afirmava a profissionalização e a hierarquia militar. Além disso, não se coadunava inteiramente com o posicionamento do soldado-cidadão, pois a natureza da intervenção deveria ser própria da corporação, e não dos indivíduos ou grupos isolados pertencentes ao exército, movidos por suas próprias interpretações ou compreensões do cenário político-social. Essa posição acabou por se tornar hegemônica dentro do exército, principalmente em decorrência da ação de expurgo ideológico realizada. Com o passar do tempo, a proliferação da defesa desse discurso

27 apud CARVALHO, 2019, p.60

intervencionista, formulado no contexto seguinte, junto à imunização política das tropas, fundamentou o ideário militar de 1964. Importante ressaltar que não há uma relação direta de causa e consequência, pois a formulação desse discurso não pressupunha os eventos posteriores, nem isso explica totalmente o golpe de 1964, que contou com uma série de contingências específicas, internas e externas ao exército, nacionais e internacionais. Essa parece ser a genealogia da forma de intervenção e do ideal de corporação presentes ao longo da continuidade histórica até 1964.

O novo discurso de soldado-corporação colocava o Estado-Maior como principal elemento garantidor do poder estatal, atuando como o fiel da balança no jogo político. A partir desse ponto, a maior parte das grandes transformações ocorridas na história do país foi realizada com a participação de certa cúpula militar, sendo uma das primeiras a própria derrubada de Washington Luís, promovida pelo “Movimento Pacificador”, liderado por Bertholdo Klinger. O segundo movimento que seguiu essa mesma característica — organizado a partir de uma cúpula advinda do Estado-Maior do exército — foi a instauração do Estado Novo em 1937.

Essa concepção coexistiu com ações de expurgo dirigidas a oficiais indesejados provenientes das escolas militares de formação de oficiais, realizadas por meio de exonerações e expulsões após o movimento tenentista e após o golpe de Getúlio Vargas, em 1932²⁸. Todavia, o expurgo não foi a única maneira de formar uma elite militar coesa; houve também reformas na educação militar das escolas preparatórias de oficiais nas décadas de 1910 e 1920. No final da década de 1920 e durante a década de 1930, houve a tentativa de formar uma “elite militar” na Escola Militar do Realengo. Essa elite militar coesa compartilhava ideais políticos e ideológicos

28 CARVALHO, 2019

similares, além de um forte componente antissemitas e racista. Esses momentos caracterizam a tentativa de preparar um oficialato que servisse de forma unificada ao ideal do soldado-corporação.

Observei que, a partir de 1931, foram implantados, na EMR, instrumentos para dificultar ou mesmo impedir a entrada, num primeiro momento, de candidatos indiferentes ao novo modelo exigido para ser oficial do Exército Brasileiro, ou seja, candidatos que fossem indisciplinados e associados à política, e, num segundo momento, depois das mudanças executadas pelo Coronel José Pessoa, de comunistas, a entrada de negros, de judeus e de islâmicos, grupos considerados subversivos ou inferiores racialmente para a formação de uma nova elite militar.²⁹

O golpe que instaurou o Estado Novo, acompanhado de teorias racistas e radicais de direita provenientes da Europa, formou um pensamento autoritário no Brasil, com forte presença dos militares³⁰. Assim, começou a surgir e se consolidar, na organização política nacional, a prática da corporação militar ou da classe militar no seio da política nacional no século XX. O Estado-Maior passou a ser cada vez mais atuante na política nacional, agindo inclusive de forma institucionalizada, utilizando o princípio de soldado-corporação em direção ao poder moderador. Os expurgos e as reformas na formação dos oficiais operaram, aos poucos, uma maior coesão do Estado-Maior, fazendo do exército um poder de intervenção reguladora. O processo de coesão ideológica também ocorreu de forma horizontal e política, separando as posições que oscilavam entre a esquerda e a direita. A esquerda acabou expurgada por meio do impedimento ao acesso do oficialato à Escola Militar. O regimento militar previa o impedimento de estudantes pelos mais variados e

29 RODRIGUES, 2013, p. 8

30 RODRIGUES, 2013

arbitrários motivos, que incluíam, inclusive, perspectivas racistas e antissemitas³¹.

De todo modo, o que garantiu a impermeabilidade da política ao baixo oficialato (tenentes e capitães), além das praças, não foram apenas os mecanismos citados acima, mas também uma ação conjunta que resultou no fortalecimento da capacidade do exército de agir enquanto poder moderador durante o Estado Novo. Desde a Primeira República, houve mudanças na carreira militar e na forma de ingresso de indivíduos nas forças armadas. Essas mudanças e as emergências das guerras europeias resultaram em uma certa abertura do exército à sociedade. As praças passaram a ser compostas por diversos indivíduos que, após a reforma, eram reintegrados à sociedade, doutrinados no anticomunismo, com um patriotismo pulsante e uma sensibilidade à ideia de inevitabilidade das guerras, acreditando na necessidade de se preparar para elas. Essa abertura alterou a relação do exército com a sociedade brasileira, fazendo com que parte do oficialato percebesse o perigo das divisões externas à leitura predominante da corporação, uma vez que estas eram vistas como potenciais infiltradas nas tropas, trazendo problemas, sobretudo de ordem disciplinar.

Diante desse contexto, cresceu a percepção de que havia a necessidade, em paralelo à abertura/ingresso na tropa, de imunizá-la. Essa manobra ocorreu em meio a disputas e não se deu de forma consensual, mas acabou representando uma vitória para a corrente conservadora, advinda de parte do alto oficialato. De forma geral, dificultou-se a promoção de praças a generais e acirrou-se a seleção de oficiais para integrar a Escola Militar, paralelamente a uma preparação ideológica que passou a ser feita pelo e para o alto comando e o Estado-Maior. Como resultado, tivemos:

31 CARVALHO, 2019; RODRIGUES, 2013; ZIMBARG, 2001

A abertura da sociedade ao Exército, o fechamento da organização, a formação de um grupo hegemônico de oficiais que constituía parte da estratégia de fortalecimento da corporação militar para consolidar e ampliar a posição de poder que conquistara dentro do Estado.³²

Esse processo pavimentou e assegurou a noção de exército como poder moderador, ao mesmo tempo que amadureceu o modelo ideal de soldado, visto como soldado-corporação e, portanto, como garantidor da ordem. A instituição passou a ser percebida, de certa forma, como aquela que autoriza o mundo civil a se organizar. Somado ao contexto histórico das décadas seguintes, esses poderosos discursos servirão de base à atuação dos militares (e de seus apoiadores) nas décadas de 1950 e 1960, atingindo seu ápice com a tomada do poder em 1964 e o agravamento da repressão no final de 1968.

Diante do exposto, compreende-se que a instituição militar no Brasil construiu, ao longo do século XX, um discurso de genealogia que permitiu ocupar uma posição privilegiada de poder-saber na sociedade brasileira, fazendo das políticas públicas — especialmente as educacionais, exemplificadas pelo PECIM — dispositivos potentes para fortalecer e legitimar suas práticas discursivas e o regime de verdade que sustentou ações políticas autoritárias. A elite do exército constituiu uma organização ideologicamente coesa, representando um alinhamento com outras elites do campo econômico, tanto nacional quanto internacional, formadoras de um capitalismo ocidental.

Afirmamos que o golpe militar de 1964 reflete a configuração de uma conjuntura política nascida com o conceito de soldado-corporação. A principal evidência, neste sentido, é que, a partir de 1964, não houve apenas um indivíduo que

32 CARVALHO, 2019, p. 120

governou de forma personalista, como ocorrera na ditadura varguista ou em outros países latino-americanos e mesmo europeus (Portugal, Espanha, Alemanha e Itália, para citar alguns). Assim, o poder decisório ficou concentrado no estado-maior, a instituição “cérebro” da corporação militar. A institucionalização da cadeia de comando, diante desse quadro, funcionou como um republicanismo militar, adicionando uma camada de impessoalidade às decisões e aos planos traçados, reforçando a justificativa de que a política militar representava, de fato, um movimento moralizante da política brasileira, garantidor dos direitos cívicos, do sentimento patriótico, do progresso e da honra — valores forjados na própria imagem inabalável do exército brasileiro.

Enfim, o contexto histórico analisado até o momento, relacionado às contingências que permitiram a configuração genealógica do poder-saber militar e a militarização da sociedade, desvela disputas entre interesses de grupos e camadas sociais específicas que, muitas vezes, constituem alianças entre si para estabelecer uma ordem estável e contingente de manutenção do sistema vigente. Tudo isso é analisado a partir de uma acepção fundamental, qual seja, a de que o real é sempre mediado por discursos e práticas discursivas³³. Em outras palavras, a realidade de cada indivíduo ou grupo se configura a partir de suas contingências, que estão ligadas, por sua vez, à posição de sujeito que observa o mundo de uma determinada maneira, e não de outra. Neste sentido, a realidade é, sempre, atravessada por distintas leituras e oposições que podem, contingencialmente, estabelecer acordos diante de um “inimigo” que, em certo momento, se apresenta como o representante de uma situação limite.³⁴

33 LACLAU, 2014; MENDONÇA, 2014

34 FOUCAULT, 2012

A Militarização da Educação no Brasil

Após a redemocratização, observou-se um lento e pouco volumoso movimento de militarização da educação no Brasil. A princípio, esse movimento foi voltado para a criação de uma rede educacional ampliada, direcionada aos dependentes dos militares. O Brasil já conta com uma rede de ensino militar desde o fim da Monarquia. Essa rede de escolas militares possui vagas preferenciais e um sistema de ensino voltado para a formação das novas gerações de filhos de militares³⁵. Na década de 1990, alguns estados iniciaram tentativas de oferecer um sistema específico de educação também para as forças militares de apoio (Corpos de Polícia Militar e Bombeiros). As primeiras iniciativas no estado de Goiás e em Minas Gerais focaram na abertura de novas escolas. Vale ressaltar que as escolas militares diferem dessa nova organização conhecida como Escola Civil-Militar, que ganhou forma nacional em 2019. As escolas militares operam sob legislação própria, incluindo dispositivos infraconstitucionais específicos que diferem da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96).

A mudança iniciada após a redemocratização encontrou certas dificuldades, principalmente de ordem financeira. Observou-se que era mais eficiente militarizar escolas já existentes do que criar novas instituições de ensino. A militarização passou a operar de duas formas: promovendo a gestão compartilhada da instituição entre o corpo pedagógico civil e o militar, na figura de militares da reserva, geralmente oriundos das forças da Polícia e do Corpo de Bombeiros; ou, então, mediante aporte financeiro para a melhoria e reestruturação física da instituição, com verbas adicionais

35 LIMA; GOLBSPAN; SANTO, 2022.

oriundas das secretarias de segurança.³⁶

[...] até dezembro de 2019 foram contabilizadas 15 escolas militares federais de educação básica - sendo 14 colégios militares do Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB) e a Fundação Osório (FO) - e 60 escolas militares estaduais. Além dessas unidades, também foram contabilizadas 18 escolas militares de educação básica privadas, dirigidas por associações militares.³⁷

A partir desse cenário, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, o Decreto 10.004, de setembro de 2019, instituiu como política nacional o Programa das Escolas Cívico-Militares. Nesse momento, ampliou-se para todo o território nacional o movimento iniciado anteriormente por alguns estados em direção à militarização de escolas públicas. Este instrumento estabeleceu que escolas públicas de ensino básico, enquadradas em certos critérios (entre eles a vulnerabilidade social e o baixo desempenho em avaliações em larga escala), fossem militarizadas por meio de adesão, tendo sua gestão compartilhada com as forças militares da reserva, com o objetivo de implementar duas instituições em cada unidade da federação por ano. Segundo declarações do ministro da Educação à época, a intenção era atingir uma taxa de 10% de militarização da rede pública até o fim do mandato³⁸.

Considerações Finais

É importante analisar esses dois momentos da militarização da educação no Brasil. Antes de 2019, existia uma demanda específica, voltada para as corporações militares.

36 TOMASINI; PEREIRA; HOLANDA, 2023.

37 SANTOS; ALVES, 2022

38 SANTOS, 2020.

O ano de 2019 figura como um marco de mudança, pois revela uma ampliação nessa política pública para todo o território nacional, contando com o apoio de uma parcela da população, conforme indicam alguns estudos realizados³⁹. Há uma busca considerável por escolas militarizadas, o que pode ser atestado pelo aumento nas matrículas e, em alguns casos, pela existência de listas de espera nessas instituições públicas.⁴⁰

Esse segundo momento é marcado pela reorganização do campo conservador, caracterizado pela alcunha de neoconservador, resultante da elaboração dos princípios conservadores em diálogo com os clássicos liberais. No Brasil, essa reorganização tem uma base histórica de hegemonia discursiva militar sobre a temática da segurança, ou seja, sobre o controle de corpos e comportamentos. Além disso, há a continuidade do discurso elaborado no século passado, que posiciona o Exército como a instituição capaz de promover a moderação política em face dos excessos do mundo civil. Essa reação se combina com o seguinte cenário:

O atual conservadorismo brasileiro é a reação de nosso tempo a uma recente ampliação relativa de direitos sociais no nível nacional conquistados ao longo dos últimos anos, sobretudo durante os governos do Partido dos Trabalhadores. No período de 2003 a 2016, foram registradas conquistas expressas em leis aprovadas que respondiam a anos de lutas por reconhecimento e por direitos de grupos subalternizados historicamente. (LIMA; GOLBSPAN; SANTO, 2022)

Esse processo histórico, transformado em política pública, configura-se como uma demanda específica para a educação, advinda do avanço do neoconservadorismo

39 BARLACH, B.; CASTANHEDI, I, 2024; LIMA; GOLBSPAN; SANTO, 2022

40 MINGORI, 2023.

no Brasil⁴¹. Ao entender o exercício do poder constituído como uma política pública que se forma na construção, negociação e reatualização das regras sociais instituídas por mecanismos de produção de saberes e verdades construídas historicamente⁴², é possível observar como o novo momento de articulação do neoconservadorismo busca na legitimação militar o dispositivo necessário para instaurar uma política pública para a educação. Ademais, a militarização da educação, como pressuposto da aliança conservadora, passa a orientar e subsidiar diversos programas e políticas no Brasil⁴³, tencionando, na área da educação, a demanda por ordem com base no aparato discursivo elaborado no século anterior. Esse discurso faz com que o campo militar seja percebido como capaz de promover essa ordem, visto que o Exército já ocupou, na história recente, a posição de “poder moderador” da política nacional, autorizando novamente sua ação no campo das políticas públicas para a educação.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Aliança Estratégica ou Estratégia Hegemônica?** Conservadorismo Entre os Desfavorecidos. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 24, n. 84, p. 1019-1040, setembro 2003

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade.** São Paulo: Cortez Editora, 2003b. 303 p. (Biblioteca freiriana; 5) ISBN 852490903X

BARLACH, B.; CASTANHEDI, I. **ULTRACONSERVADORISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES DE ESTUDO**

41 FREITAS, 2018

42 FOUCAULT, 2019; LACLAU, 2015

43 LIMA; GOLBSPAN; SANTO, 2022

EMPÍRICO. *Educação & Sociedade*, v. 45, p. e275436, 2024.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Todavia, 1 ed., 2019 (p. 320) ISBN 978-65-80309-18-4

CASTRO, Celso. **Os Militares e a República**: Antropologia Social. Zahar: Rio de Janeiro. 2013. ISBN: 978-85-378-0665-4

FAUSTO, Boris (Org.). **As Forças Armadas na Primeira República**: o poder desestabilizador. In: História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: São Paulo: Difel, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2019. ISBN: 978-85-15-04588-4

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação**: nova direita, velhas ideias. - 1ed - São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160p

GHIRARDELLI, Junior Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 5ed., 2014.

LACLAU, Ernesto. **The Rhetorical Foundations of Society**. UK, London: Verso. Edição do Kindle. 2014 ISBN 978-1-78168-527-3.

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. E Aécio Amaral= São Paulo: Intermeios; Brasília: CNP1, 2015. 288 p.

LIMA, I. G. DE .; GOLBSPAN, R. B.; SANTOS, G. S. DOS .. **Maapeando o conservadorismo na política educacional brasileira**. Educar em Revista, v. 38, p. e85338, 2022.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Necessidade, Contingência e Contrafacutalidade**: A queda do império reconsiderada. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 190-216, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2237-101X01903808>> Acesso: dez/2022

MACHADO, Luiz Toledo. **Formação do Brasil e unidade nacional**. Brasil, Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1980.

MARQUES, Janote Pires. **Escolas Militares do Exército**: a formação, seus mitos e ritos (1889-1931). Tese de Doutorado da Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, 2014. – 2014.

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto. Org. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. – 2 ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 212 p. ISBN 978-85-397-0478-1

MINGORI, R. L. **Hegemonia discursiva e campo escolar**: a percepção de professores sobre a militarização de escolas públicas no Estado do Paraná. 2023. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2023.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Indesejáveis**: Instituição, pensamento político e formação profissional dos Oficiais do Exército brasileiro (1905 – 1946). Jundiaí: Pacto Editorial, 2013.

SANTOS, E. J. F.; ALVES, M. F.. **MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL EM 2019: ANÁLISE**

DO CENÁRIO NACIONAL. Cadernos de Pesquisa, v. 52, p. e09144, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/Q8YbVcW5YXzhm3f56YbVRpg/?lang=pt#>>

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das Escolas Públicas no Brasil:** Expansão, Significados e Tendências. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2020 442 f. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/eadff175-f45f-4042-9e61-32445b7c6194/content>>

STRIEDER, R.; SILVA, A. V. L. **Escolas Cívico-Militares:** constituição/rendição de subjetividades em prol de obediência e servidão. **Roteiro**, [S. l.], v. 47, p. e27409, 2022. DOI: 10.18593/r.v47.27409. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/27409>. Acesso em: 28 jul. 2024.

TOMASINI, A. J.; PEREIRA, F. M.; HOLANDA, M. A. F.. **Uma Análise Bioética das Escolas Cívico-Militares no Distrito Federal.** Educação & Realidade, v. 48, p. e123681, 2023.

ZIMBARG, Luis Alberto. **O Cidadão Armado:** Comunismo e Tenentismo (1927 - 1945). Dissertação de Mestrado da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Programa de Pós-Graduação em História e Cultura Social. Franca: 2001. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93281/zimbarg_la_me_fran.pdf?sequence=1>. Acesso em: dez/2022.

Recebido em: 18/10/2023
Aprovado em: 05/11/2024

Rodrigo Luis Mingori
E-mail: rodrigomingori@hotmail.com

Eduardo Nunes Jacondino
E-mail: eduardojacondino@hotmail.com

Dulce Mari da Silva Voss
E-mail: dulce.voss@gmail.com

